



AEM critica exigências da CMVM

► REGULAÇÃO

A ASSOCIAÇÃO de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado (AEM) anunciou ontem o seu contributo para a consulta pública promovida pelo supervisor em matéria de regras de governo das sociedades, criticando as novas exigências de informação sugeridas pela CMVM.

“A revisão agora proposta pela CMVM (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários), apesar de conter aspetos positivos, que vão ao encontro das propostas da AEM e que poderiam conduzir à simplificação e flexibilização do regime normativo em vigor, mostra-se prejudicada pela introdução de novas exigências de informação a cargo das empresas”, refere em comunicado.

Segundo Abel Sequeira Ferreira, diretor executivo da AEM, “um dos elementos centrais da proposta de revisão apresentada pela CMVM é a criação de um novo Modelo de Relatório que aumenta de forma exacerbada, desproporcionada e injustifi-

cada, o ónus informativo a cargo das empresas emittentes, multiplicando o correspondente peso burocrático e os custos associados ao respetivo cumprimento”.

A AEM chama a atenção para a elevada maturidade de que já se reveste o mercado português no que respeita à implementação de boas práticas de governo societário, visto que as empresas emittentes têm “um grau muito alto de cumprimento das recomendações”, conforme o comprovam os relatórios de monitorização da Universidade Católica e da própria CMVM, o que, de acordo com a associação, “demonstra a desnecessidade de um enquadramento regulamentar e recomendatório ainda mais denso e oneroso”. A AEM vê “com preocupação a possibilidade de se poder perder uma oportunidade única para a melhoria do ambiente normativo em que se exerce a atividade no mercado de capitais e para a criação de um instrumento útil de atração de mais investimento e novas empresas”, acrescentou.